

STJ00109600

CLEUCIO SANTOS NUNES

CURSO COMPLETO DE
**DIREITO
PROCESSUAL
TRIBUTÁRIO**

4ª edição
2020

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Verônica Pivisan Reis

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Breno Lopes de Souza
Josiane de Araujo Rodrigues
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Maníia Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação Luciano Assis

Revisão Albertina Piva

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Nunes, Cleucio Santos
Curso Completo de Direito Processual Tributário /
Cleucio Santos Nunes. – 4. ed. – São Paulo : Saraiva
Educação, 2020.
872 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1356-4 (impresso)

1. Processo tributário - Legislação - Brasil. I. Título.

20-0010 CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2

Data de fechamento da edição: 6-3-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605994 CAE 704945

Sumário

<i>Nota à quarta edição</i>	7
<i>Nota à terceira edição</i>	9
<i>Nota à segunda edição</i>	11
<i>Abreviaturas</i>	17

CAPÍTULO 1

Introdução ao processo tributário

1.1	Processualização dos poderes do Estado	41
1.1.1	Fundamentos da processualidade	41
1.1.2	Conceito de processualização	45
1.2	Da processualização	49
1.2.1	História da processualização	49
1.2.2	Processualização como conquista do Estado moderno	55
1.3	A necessária distinção entre procedimento e processo	60
1.3.1	Identificação do procedimento e do processo	65
1.3.1.1	Procedimento em razão do Estado democrático de direito	68
1.3.1.2	Procedimento para legitimar o exercício do poder	70
1.3.1.3	Procedimento para conceder transparência ao ato do Poder Público	70
1.3.1.4	Procedimento para o controle da vontade do Estado e do exercício do poder	71

CURSO COMPLETO DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

1.3.1.5	Procedimento para formalizar uma pretensão . . .	72
1.3.2	Conceito de procedimento e de processo	73
1.4	Sentidos jurídicos da locução “processo tributário”	75
1.5	Distinções entre procedimento e processo administrativo em matéria tributária.	77
1.6	Tipos de procedimentos administrativos tributários e o processo administrativo tributário	79
1.7	O processo tributário.	80

CAPÍTULO 2**Princípios e garantias do direito processual tributário**

2.1	Evolução do conceito de princípio	83
2.1.1	Princípio como norma jurídica	85
2.1.2	A passagem dos princípios como norma de comportamento para a condição de normas jurídicas	87
2.1.3	Identificação dos princípios jurídicos.	89
2.2	Conteúdo jurídico dos vocábulos “princípio” e “regra”	90
2.3	Conteúdo jurídico do vocábulo “garantia”	91
2.4	Instrumentos gerais de ponderação.	93
2.4.1	O instrumento da proporcionalidade	95
2.4.2	O instrumento da razoabilidade.	97
2.5	Sistematização dos princípios e das garantias constitucionais do procedimento e do processo tributário	98
2.6	Princípios exclusivos dos procedimentos administrativos	103

2.6.1	Princípio da inquisitorialidade	103
2.6.2	Princípio da cientificação	108
2.7	Princípios comuns aos procedimentos e aos processos administrativo e judicial.	110
2.7.1	Princípio do devido processo legal	111
2.7.2	Princípio da oficialidade.	117
2.7.3	Princípio do formalismo moderado	118
2.8	Princípios exclusivos do processo judicial	121
2.8.1	Princípio do acesso à jurisdição	121
2.8.2	Princípio dispositivo	127
2.9	Garantias exclusivas do processo contencioso: administrativo ou judicial	130
2.9.1	Garantia do contraditório	131
2.9.2	Garantia da ampla defesa	134
2.9.2.1	Garantia da ampla defesa e o direito à alegação	136
2.9.2.2	Garantia da ampla defesa e o direito à prova	137
2.9.2.3	Garantia da ampla defesa e o direito de recorrer.	142
2.10	Garantias comuns aos procedimentos e ao processo tributário contencioso	146
2.10.1	Direito de petição.	146
2.10.2	Garantia do dever de fundamentação das decisões.	149
2.10.3	Garantia da publicidade.	154
2.10.4	Garantia da acessibilidade	159
2.10.5	Garantia de duração razoável do processo	159
2.11	Garantia exclusiva dos procedimentos e do processo administrativo contencioso: gratuidade	161

CAPÍTULO 3

Procedimentos administrativos tributários

3.1	Procedimentos administrativos de exigência do crédito tributário	165
3.1.1	Lançamento tributário como procedimento ou ato administrativo	169
3.1.2	Modalidades de lançamento tributário	171
3.1.2.1	Lançamento por declaração ou misto	171
3.1.2.2	Lançamento por homologação	173
3.1.2.3	Lançamento por arbitramento	177
3.1.2.4	Lançamento de ofício ou direto	178
3.2	Fases dos procedimentos de constituição do crédito tributário	181
3.2.1	Fase preparatória	183
3.2.2	Fase noticiatória	187
3.2.3	Fase terminativa	188
3.3	Procedimentos de fiscalização das obrigações tributárias	189
3.3.1	Conceito de legislação tributária para os fins da atividade de fiscalização	192
3.3.2	Prerrogativas da fiscalização diante dos direitos fundamentais	197
3.3.2.1	Fiscalizações tributárias independentemente do consentimento do fiscalizado	198
3.3.2.2	Fiscalizações tributárias e a apreensão de mercadorias ou documentos fiscais	200
3.3.2.3	Impossibilidade de entrega de documentos obrigatórios nas repartições fiscais	202
3.3.2.4	Poder de fiscalização sobre quaisquer livros fiscais ou documentos.	203

3.3.2.5	Prazo decadencial de guarda de livros e comprovantes de lançamentos	204
3.3.3	Legitimação do poder de fiscalizar pelo procedimento . . .	205
3.3.3.1	Controvérsias a respeito de decadência e seus efeitos sobre o lançamento de ofício	206
3.3.3.2	Duração razoável do procedimento de constituição do crédito	211
3.3.3.3	Conclusão da fiscalização	218
3.3.4	Dever de informar ao fisco	219
3.3.4.1	Distinção entre os sigilos bancário e fiscal	221
3.3.4.2	O sigilo bancário antes e depois da Constituição Federal de 1988	224
3.3.4.3	O sigilo bancário perante a LC n. 105/2001	227
3.3.4.4	Retroatividade da Lei n. 10.174/2001 aos fatos geradores anteriores à sua vigência	230
3.3.5	Dever de sigilo fiscal imposto à Fazenda	231
3.3.6	Fiscalização do Simples Nacional	235
3.3.7	Novos procedimentos fiscalizatórios: georreferenciamento, notificações por WhatsApp e outros aplicativos	238
3.4	Procedimentos administrativos tributários de iniciativa do sujeito passivo	241
3.4.1	A consulta fiscal	243
3.4.1.1	Legitimidade e objeto da consulta federal	246
3.4.1.2	Formalização e declarações obrigatórias da consulta federal	248
3.4.1.3	Competência territorial e material para consulta fiscal federal	249
3.4.1.4	Efeitos da consulta federal	250

CURSO COMPLETO DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

3.4.1.5	Recurso especial de divergência na consulta federal	256
3.4.1.6	Ineficácia da consulta	257
3.4.2	Procedimentos de ressarcimento, restituição e compensação	258
3.4.2.1	Regras gerais sobre restituição e compensação no CTN	262
3.4.2.2	Os procedimentos de restituição, ressarcimento e compensação de tributos federais	265
3.4.2.3	O art. 170-A do CTN e outras questões relevantes sobre a compensação	271
3.4.3	O parcelamento	275
3.4.3.1	Suspensão de Execução Fiscal diante do pedido de parcelamento	280
3.4.3.2	A opção pelo parcelamento e a suspensão e extinção da punibilidade penal.	283
3.4.3.3	O pedido de parcelamento como suposta confissão de dívida.	285

CAPÍTULO 4**Processo administrativo tributário contencioso**

4.1	Aspectos gerais	291
4.2	Origens do processo administrativo tributário	294
4.2.1	Jurisdição administrativa	299
4.2.2	Processo administrativo tributário no direito comparado.	301
4.2.3	Síntese do processo tributário no direito comparado	306
4.3	O auto de infração e a notificação de lançamento	311

4.4	Admissão da defesa: início do processo administrativo.	317
4.4.1	Requisito temporal.	319
4.4.2	Requisito da legitimidade e do interesse.	329
4.4.3	Requisitos formais	330
4.4.3.1	Competência para processar e julgar a impugnação.	332
4.4.3.2	Qualificação do impugnante, fatos e fundamentos da impugnação.	335
4.4.3.3	Indicação das provas.	336
4.4.3.4	Discussão judicial concomitante	338
4.4.4	Requisitos formais da impugnação no processo eletrônico	342
4.4.5	Elaboração da impugnação	343
4.4.5.1	Preâmbulo	343
4.4.5.2	Narração dos fatos	345
4.4.5.3	Fundamentação jurídica	345
4.4.5.4	Pedido de improcedência	346
4.5	Instrução do processo	346
4.6	Resolução do processo administrativo: decisão de primeira instância.	351
4.7	Recursos contra a decisão de primeira instância.	354
4.7.1	O recurso voluntário	355
4.7.2	Elaboração do recurso voluntário.	356
4.7.2.1	Exposição dos fatos	357
4.7.2.2	Fundamentos para a reforma da decisão.	357
4.7.2.3	Pedido de reforma	358
4.7.3	Recurso de ofício	358

CURSO COMPLETO DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

4.8	Decisão de segunda instância administrativa	360
4.8.1	Recursos de competência de julgamento do CARF	365
4.8.2	Processamento dos recursos	365
4.8.2.1	O problema do voto de qualidade	369
4.8.2.2	O julgamento pelo rito sumário	371
4.8.3	Dos recursos cabíveis contra as decisões do CARF	371
4.8.3.1	Dos embargos de declaração	372
4.8.3.2	Do recurso especial	374
4.8.3.3	Do agravo	376
4.8.4	Das súmulas e resoluções da CSRF	378
4.8.5	Da desistência dos recursos	379
4.8.6	Do recurso hierárquico	380
4.8.7	Da suspeição e do impedimento dos Conselheiros	384
4.9	Nulidades no processo administrativo fiscal	387
4.9.1	Classificação das nulidades do processo	389
4.9.2	Extensão das nulidades	391
4.10	Processo administrativo fiscal do Simples Nacional	392
4.11	Imutabilidade da decisão administrativa de última instância contrária à Fazenda Pública	393
4.12	A transação de tributos federais (MP n. 899, de 2019)	396

CAPÍTULO 5**Dívida ativa**

5.1	Aspectos gerais	403
5.2	Conceito e finalidade de dívida ativa	404

5.3	Inscrição na dívida ativa	406
5.3.1	Principais consequências da inscrição na dívida.	411
5.3.1.1	Exequibilidade do crédito.	411
5.3.1.2	Presunção de certeza e liquidez	412
5.3.1.3	O encargo de 20% do débito inscrito de tributos federais.	414
5.3.1.4	Outros efeitos da inscrição na dívida ativa	420
5.3.1.5	Protesto da certidão de dívida ativa	423
5.3.1.6	A inconstitucionalidade da indisponibilidade coercitiva de bens do devedor inscrito na DAU	425
5.3.1.7	Análise dos arts. 20-B a 20-E da Lei n. 10.522, de 2002	429
5.3.1.8	Ilegalidade da regulamentação das consequências do ato de inscrição na dívida ativa	432
5.3.1.9	Da antecipação da garantia à Execução Fiscal	434
5.3.1.10	Do Pedido de Revisão de Dívida Inscrita (PRDI)	435
5.3.1.11	Da averbação pré-executória de bens do devedor inscrito	437
5.3.2	Decadência e prescrição do crédito tributário em face da inscrição na dívida.	440
5.3.2.1	Decadência e inscrição na dívida	441
5.3.2.2	Prescrição e inscrição na dívida	442
5.3.2.3	Dispensa da inscrição na dívida ativa	447
5.4	Requisitos do termo de inscrição na dívida ativa	449
5.4.1	Identificação do devedor	451
5.4.2	Valor, origem, natureza e fundamento legal da dívida inscrita	453
5.5	Nulidade do ato de inscrição na dívida ativa.	455

CAPÍTULO 6

Processo judicial tributário

6.1	Noções básicas	463
6.1.1	O processo judicial tributário	468
6.1.2	Juizado Especial da Fazenda Pública	472
6.1.2.1	Competência do Juizado Especial da Fazenda Pública	474
6.1.2.2	Partes e procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública	477
6.1.2.3	Cumprimento do acordo ou da sentença no Juizado Especial da Fazenda Pública	478
6.2	A petição inicial no processo judicial tributário	480
6.2.1	Providências preliminares à elaboração da petição inicial	481
6.2.2	Fixação da competência jurisdicional	484
6.2.3	Qualificação das partes	487
6.2.4	A exposição da causa de pedir	488
6.2.5	O pedido	490
6.2.6	Tutelas provisórias	491
6.2.6.1	Disposições gerais da tutela de urgência	493
6.2.6.2	Tutela provisória antecipada no processo tributário	497
6.2.6.2.1	A petição inicial e o procedimento na tutela antecipada antecedente	499
6.2.6.2.2	A audiência de conciliação e de mediação no processo tributário	506
6.2.6.3	Tutela provisória cautelar no processo tributário	508
6.2.6.4	Tutela provisória de evidência no processo tributário	515

6.2.6.5	Restrições à tutela provisória contra a Fazenda Pública	518
6.2.6.5.1	A inconsistência dos óbices à concessão por força do duplo grau necessário	522
6.2.6.5.2	A falsa premissa do impedimento à tutela antecipada com base no regime de precatórios	524
6.2.6.5.3	A superação dos óbices à antecipação da tutela contra Fazenda Pública . . .	526
6.2.6.6	Tutelas provisórias nas causas de repetição de valores	529
6.2.6.7	Tutelas provisórias na compensação de créditos tributários	532
6.2.7	Atribuição do valor da causa nas ações tributárias	536
6.2.8	Requerimento de produção de provas	539
6.2.9	Documentos que devem acompanhar a inicial	540
6.2.10	Distribuição	542
6.2.10.1	Distribuição em regime de urgência	542
6.2.10.2	Possibilidade de distribuição por meios eletrônicos.	543
6.2.10.3	Os ônus da sucumbência nas ações tributárias . .	545

CAPÍTULO 7

Ações judiciais de iniciativa da Fazenda Pública

7.1	Medida cautelar fiscal	551
7.1.1	Extensão do objeto da medida aos bens dos sócios	552
7.1.2	Requisitos da petição inicial	554

7.1.3	Procedimento.	556
7.2	Execução Fiscal	559
7.2.1	Suspensão e interrupção da prescrição na Execução Fiscal. . .	561
7.2.2	Prescrição intercorrente	563
7.2.3	A petição inicial de execução fiscal.	564
7.2.4	Competência jurisdicional	564
7.2.5	Exclusividade do juízo da execução fiscal	565
7.2.6	Competência na execução fiscal e as ações declaratórias ou anulatórias	568
7.2.7	Legitimidade processual.	572
7.2.7.1	Responsabilidade de terceiros na execução fiscal	573
7.2.7.2	Redirecionamento da execução fiscal	574
7.2.8	Causa de pedir, pedido e valor da causa.	586
7.2.9	Provas e documentos que acompanham a inicial	587
7.2.10	Procedimento da execução fiscal	589
7.2.10.1	Citação do devedor.	589
7.2.10.2	Procedimento da execução fiscal ante a ausência de defesa do executado.	591
7.2.10.3	Procedimento da execução fiscal nos casos de rejeição liminar dos embargos (intempestividade e penhora insuficiente).	593
7.2.11	Penhora de bens.	598
7.2.11.1	Antecipação da penhora	601
7.2.11.2	Indisponibilidade de bens e direitos do devedor. . .	604
7.2.12	Impacto da execução comum na execução fiscal	606
7.2.12.1	Indicação de bens à penhora pelo exequente . . .	608

7.2.12.2	Penhora sobre bens de corresponsáveis ou do meeiro	611
7.2.12.3	Penhora de percentual de faturamento de empresa.	611
7.2.12.4	Penhora <i>on-line</i> de recursos financeiros	612
7.2.13	Medidas de defesa do executado na execução fiscal	616
7.2.13.1	Exceção de pré-executividade.	616
7.2.13.1.1	Sucumbência na exceção de pré-executividade	618
7.2.13.1.2	Petição de exceção de pré-executividade	619
7.2.13.2	Embargos à execução	620
7.2.13.2.1	Prazo para oposição dos embargos à execução	622
7.2.13.2.2	Juízo competente	623
7.2.13.2.3	Valor da causa	623
7.2.13.2.4	Documentos que deverão instruir a ação	624
7.2.13.2.5	Provas e incidentes processuais	625
7.2.13.2.6	Recursos.	626
7.2.13.2.7	Resposta aos embargos à execução	628
7.3	Novo processo de Execução Fiscal de tributos federais	628
7.3.1	Dos limites da responsabilidade tributária	631
7.3.2	Dos vícios jurídicos na indisponibilidade de bens da Execução Fiscal federal	633
7.3.3	Da suspensão da execução e a inconstitucionalidade da regra de interrupção da prescrição intercorrente	636

CAPÍTULO 8

Ações judiciais de iniciativa do sujeito passivo da obrigação tributária

8.1	Mandado de Segurança em matéria tributária	639
8.1.1	Fundamentação legal e cabimento do Mandado de Segurança	643
8.1.2	Legitimidade processual	648
8.1.3	Liminar	651
8.1.4	Valor da causa	656
8.1.5	Provas no Mandado de Segurança	658
8.1.6	A prova no Mandado de Segurança Preventivo	663
8.1.7	Exaurimento da instância administrativa	666
8.1.8	Procedimento do Mandado de Segurança	667
8.1.8.1	Ajuizamento da ação	667
8.1.8.2	Despacho inicial	668
8.1.8.3	Notificação da autoridade e informações	669
8.1.8.4	Oitiva do Ministério Público	671
8.1.8.5	Sentença	671
8.1.8.5.1	Cassação da liminar pela sentença denegatória de segurança e meios para sua manutenção	674
8.1.8.5.2	Implicações entre a sentença e a coisa julgada no mandado de segurança	679
8.1.8.5.3	O alcance da coisa julgada do Mandado de Segurança e as relações jurídicas tributárias continuativas	681
8.1.8.5.4	Eficácia mandamental <i>versus</i> natureza declaratória da sentença no Mandado de Segurança	684

8.1.8.6	Recursos no Mandado de Segurança	685
8.1.8.6.1	Agravo de instrumento	685
8.1.8.6.2	Apelação, remessa de ofício e demais recursos em Mandado de Segurança	686
8.1.8.7	Suspensão da liminar ou da sentença de Mandado de Segurança	688
8.1.9	Mandado de Segurança Coletivo no direito tributário	693
8.1.9.1	Disciplina do Mandado de Segurança Coletivo na LMS	696
8.1.9.2	Distinção entre interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	697
8.1.9.3	Limites do Mandado de Segurança Coletivo em matéria tributária	700
8.2	Ação Declaratória	704
8.2.1	Cabimento no processo tributário	706
8.2.2	Requisitos da petição inicial	707
8.2.2.1	Competência de foro e funcional	707
8.2.2.2	Legitimidade	709
8.2.2.3	Causa de pedir e pedido	710
8.2.2.4	Pedido e a opção pelas tutelas provisórias de urgência	710
8.2.2.5	Requerimentos de citação e produção de prova	714
8.2.2.6	Valor da causa e audiência de conciliação ou de mediação	715
8.2.3	Síntese do rito	716
8.3	Ação anulatória	719
8.3.1	Fundamentos da ação anulatória	720
8.3.2	Cabimento da ação anulatória	722

CURSO COMPLETO DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

8.3.3	Ação anulatória de débito fiscal e a exigência de depósito (Lei n. 6.830 de 1980, art. 38)	725
8.3.3.1	Suspensão da exigibilidade mediante depósito na ação anulatória	727
8.3.3.2	Suspensão da exigibilidade sem depósito na ação anulatória	730
8.3.4	Implicações sobre ação anulatória e o ajuizamento de execução fiscal	732
8.3.5	Ação anulatória depois de consumado o prazo para embargos à execução fiscal	735
8.3.6	Conversão do depósito em renda da Fazenda Pública	737
8.4	Ação de Repetição de Indébito	746
8.4.1	Cabimento no processo tributário	748
8.4.2	Restituição de tributos indiretos (CTN, art. 166)	751
8.4.3	Prazo para propositura da ação	760
8.4.4	Repetição de indébito fundada em inconstitucionalidade de lei tributária	765
8.4.5	Requisitos da inicial	770
8.4.5.1	Competência e legitimidade	770
8.4.5.2	Causa de pedir e pedido	778
8.4.5.2.1	A incidência de acréscimos legais na Repetição de Indébito	779
8.4.5.2.2	Cumulação de pedidos	788
8.4.5.3	Provas e valor à causa	789
8.5	Medidas judiciais para compensação no Direito Tributário	791
8.5.1	Das medidas judiciais	791
8.5.2	Prescrição do direito à compensação e atualização do crédito do sujeito passivo	797

8.5.3	Compensação e precatórios judiciais	798
8.5.4	Requisitos da petição inicial	803
8.5.4.1	Juízo competente	803
8.5.4.2	Causa de pedir e pedido	804
8.5.4.3	Valor da causa.	804
8.5.4.4	Provas.	805
8.6	Ação de Consignação em Pagamento	805
8.6.1	Hipóteses de cabimento	809
8.6.1.1	Recusa de recebimento e subordinação do recebimento ao cumprimento de outras obrigações.	809
8.6.1.2	Recusa e subordinação ao recebimento de tributo e imputação de pagamento.	812
8.6.1.3	Direito a consignação fundada na dúvida	814
8.6.2	Requisitos da petição inicial	816
8.6.2.1	Competência e legitimidade	816
8.6.2.2	Causa de pedir, pedido, provas e valor da causa.	819
8.6.3	Procedimento da ação de consignação em pagamento	820
8.6.4	Implicações sobre os ônus da sucumbência	825

CAPÍTULO 9

Propostas básicas para um novo processo tributário

9.1	Aspectos gerais	829
9.2	Dos tribunais administrativos	832
9.3	Possibilidade de transação administrativa ou conciliações tributárias	836
9.4	Das decisões administrativas definitivas	838

9.5	Alienação ou securitização da dívida ativa	842
9.6	Do cumprimento da decisão administrativa definitiva	845
9.7	Disposições processuais gerais vinculativas a todas as unidades da federação	847
9.8	Da arbitragem no processo tributário	848
9.8.1	Aspectos gerais da arbitragem	848
9.8.2	Óbices à arbitragem no processo tributário	849
9.8.3	A arbitragem tributária em Portugal	850
9.8.4	Das propostas de regulamentação da arbitragem tributária no Brasil	851
	<i>Súmulas do processo tributário</i>	855
	<i>Bibliografia</i>	861